



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

376/2017

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno desta casa, a realização de uma Audiência Pública, no dia 09/05/2017, às 19:00, no plenário Amyntas de Barros, para discutir e avaliar o trânsito da Rua Úrsula Paulino, no bairro Betânia, Regional Oeste.

O trânsito na Rua Úrsula Paulino e adjacências têm se tornado cada vez mais impraticável, principalmente em horário de pico, devido ao fluxo excessivo de veículos. Temos recebido diversas solicitações de moradores, comerciantes e de pessoas que trafegam diariamente na região para discutirmos melhorias para o trânsito.

Precisamos compreender também os estudos de impacto dos empreendimentos do "Central Park" e da "Construtora Direcional" na região, uma vez que aumenta significativamente a quantidade de veículos na região.

Belo Horizonte, 07 de Abril de 2017

Vereador Irlan Melo

Líder do PR

Excelentíssimo Senhor

Vereador Carlos Henrique

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário da Câmara Municipal de Belo Horizonte

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuídos

Em 11 / 04 / 17

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Lista de Convidados:

- Célio Freitas Bouzada – Presidente da BH Trans
- Gelson Leite - Secretário Regional Oeste
- Representante do Central Park – dp@concreto.com.br / rh@concreto.com.br
- Construtora da Direcional – alexandra.carvalho@direcional.com.br
- Paulo Lamac - Secretário de Governo
- Maria Caldas – Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana
- Representante da Polícia Militar de Minas Gerais



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO E CONVOCAÇÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 376 / 17

Solicitação relativa a: ☒ **Audiência Pública** ☐ **Seminário** ☐ **Visita Técnica**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário deliberou por:

☒ **adiar** a apreciação do requerimento

☐ **rejeitar** o requerimento

☐ **aprovar** o requerimento

☐ **alterar** as características do evento aprovado

Nos seguintes termos:

☐ **Fica marcado** o evento para o dia ____/____/____, às ____:____h, no seguinte local:

☐ **Serão definidos posteriormente** a data e horário do evento.

☐ **Fica alterada** a lista de convidados do evento para: _____

☐ **Fica cancelada** a realização do evento.

☐ **Outros:** _____

☐ **Designado(a) Relator (a) para o evento:** _____

☐ **FICAM OS MEMBROS DA COMISSÃO CONVOCADOS PARA A REUNIÃO EM QUE SE DARÁ O EVENTO APROVADO, NOS TERMOS DESCRITOS ACIMA.**

10ª Reunião Ordinária

Em 27 / 4 / 17

Presidente da Reunião
Vereador Carlos Henrique

Avulsos distribuídos em: <u>27 / 4 / 17</u> <u>Carlos</u> SECAPC	Reserva Pleno por: <u>X</u> Gestão no SIL por: _____	Evento: <input type="checkbox"/> externo <input type="checkbox"/> realizado <input type="checkbox"/> não realizado _____ SECAPC
Coordenador responsável: <u>Holmice</u>		Consultor responsável: <u>Jeherson</u>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REQUERIMENTO Nº _____/2017

Requerimento de Comissão

391/2017

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada Audiência Pública Externa na Escola Municipal Sérgio Miranda, Rua Ministro Osvaldo Aranha, 345, Bairro Tupi A, no dia 06 de maio de 2017 às 09:30 horas, para discutir sobre a Construção da Nova Sede do Centro de Saúde Lajedo. Solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades:

- Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte

Jackson Machado Pinto

- Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte

Josué Costa Valadão

- Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte

Paulo Roberto Lamac Júnior

- Coordenador de Administração Regional Municipal Norte, da Secretaria de Administração Regional Municipal Norte

Humberto Guimarães Bernardes

- Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte

Bruno Abreu Gomes

- Presidente do Conselho Distrital de Saúde Norte

Rodrigo de Brito Azevedo

- Presidente da Comissão Local de Saúde do Centro de Saúde Lajedo

Rosângela Maria Cordeiro Fonseca

CTH-Diret. Legislativa-11-Abr-2017-18:21-002065-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Diretor da Escola Municipal Sérgio Miranda

Rogério Luiz Fernandes

- Gerente do Centro de Saúde Lajedo

Belô Horizonte, 11 de Abril 2017

Dr. Nilton
Vereador – Líder PROS

Ao senhor

Vereador Carlos Henrique

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>12/04/2017</u>
<u>G-500</u>
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO E CONVOCAÇÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 391 / 17

Solicitação relativa a: ☒ **Audiência Pública** ☐ **Seminário** ☐ **Visita Técnica**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário deliberou por:

☒ **adlar** a apreciação do requerimento

☐ **rejeitar** o requerimento

☐ **aprovar** o requerimento

☐ **alterar** as características do evento aprovado

Nos seguintes termos:

☐ **Fica marcado** o evento para o dia ____/____/____, às ____:____h, no seguinte local:

☐ **Serão definidos posteriormente** a data e horário do evento.

☐ **Fica alterada** a lista de convidados do evento para: _____

☐ **Fica cancelada** a realização do evento.

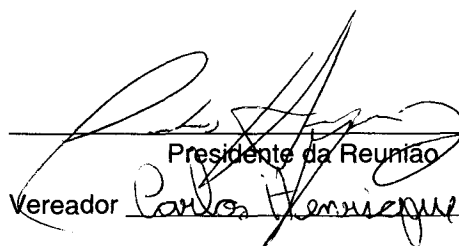
☐ **Outros:** _____

☐ **Designado(a) Relator (a) para o evento:** _____

☐ **FICAM OS MEMBROS DA COMISSÃO CONVOCADOS PARA A REUNIÃO EM QUE SE DARÁ O EVENTO APROVADO, NOS TERMOS DESCRITOS ACIMA.**

10ª Reunião Ordinária

Em 27 / 4 / 17


Presidente da Reunião
Vereador Carlos Henrique

Avulsos distribuídos em: <u>27 / 4 / 17</u> <u>Carlos</u> SECAPC	Reserva Pleno por: <u>X</u> Gestão no SIL por: <u>X</u>	Evento: <input type="checkbox"/> externo <input type="checkbox"/> realizado <input type="checkbox"/> não realizado _____ SECAPC
Coordenador responsável: <u>Helenice</u>		Consultor responsável: <u>Johnson</u>



Requerimento de Comissão

451/2017

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno desta casa, que a audiência pública, que foi solicitada pelo requerimento de comissão de número 376, seja alterado para o dia 28/06/2017 às 10:00hs.

Belo Horizonte, 25 de Abril de 2017

Vereador Irlan Melo

Líder do PR

Excelentíssimo Senhor

Vereador Carlos Henrique

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transportes e Sistema Viário da Câmara Municipal de Belo Horizonte

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuidos

Em 26 / 04 / 2017

6-500

Responsável pela distribuição

Legislative-25 Apr-2017-17:09-002238-00



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO E CONVOCAÇÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 451 / 17

Solicitação relativa a: ☒ **Audiência Pública** ☐ **Seminário** ☐ **Visita Técnica**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário deliberou por:

☒ **adiar** a apreciação do requerimento

☐ **rejeitar** o requerimento

☐ **aprovar** o requerimento

☐ **alterar** as características do evento aprovado

Nos seguintes termos:

☐ **Fica marcado** o evento para o dia ____/____/____, às ____:____h, no seguinte local:

☐ **Serão definidos posteriormente** a data e horário do evento.

☐ **Fica alterada** a lista de convidados do evento para: _____

☐ **Fica cancelada** a realização do evento.


☐ **Outros:** _____

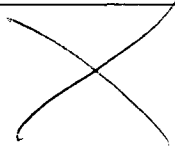
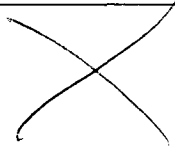
☐ **Designado(a) Relator (a) para o evento:** _____

☐ **FICAM OS MEMBROS DA COMISSÃO CONVOCADOS PARA A REUNIÃO EM QUE SE DARÁ O EVENTO APROVADO, NOS TERMOS DESCRITOS ACIMA.**

10ª Reunião Ordinária

Em 27 / 4 / 17


Presidente da Reunião
Vereador Carlos Henrique

Avulsos distribuídos em: <u>27 / 4 / 17</u> <u>Carlos</u> SECAPC	Reserva Pleno por:  Gestão no SIL por: 	Evento: <input type="checkbox"/> externo <input type="checkbox"/> realizado <input type="checkbox"/> não realizado _____ SECAPC
Coordenador responsável: <u>Helanice</u>		Consultor responsável: <u>Jefferson</u>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

17

482/2017


Senhores membros da Comissão,

Requeiro nos termos dos arts. 48 e 72 do regimento interno que seja realizada Audiência Pública externa na comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, no Centro Cultural Pampulha, na Rua Expedicionário Paulo de Souza, nº 185, Bairro Urca, no dia 16/05/2017 às 19 h, para discutir o fim o atendimento da linha S51 (circular Pampulha) que atendia diversos bairros na região da Pampulha.

Sugiro para essa audiência que sejam convidados as seguintes autoridades e pessoas:

- **Secretária Municipal de Governo;**
- **Presidente da BHTrans;**
- **Gerente da Regional Pampulha;**
- **SINDPAUTRAS – sindicato dos permissionários autônomos do Transporte Suplementar – Rua Dr. Álvaro Camargos, 99 – São João Batista, Belo Horizonte – MG (31) 3451-6629 | (31) 3451-5340 | (31) 98766-8314 contato@sindpautras.org.br;**
- **Acost- Associação Comunitária Santa Terezinha** - pzsantaterezinha@gmail.com;
- **UMCA – Associação do Bairro Céu Azul – umcaceuazul@gmail.com**
- **ASCOBOP, Associação Comunitária do Bairro Ouro Preto** - ascobop@gmail.com

Belo Horizonte, 02 de maio de 2017.


Vereador Professor Wendel

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>03 / 03 / 2017</u>
<u>16.500</u>
Responsável pela distribuição

RELATÓRIO

Sendo submetido ao crivo desta Comissão, conforme o art. 52, V, “d”, do Regimento Interno, que trata do planejamento e gerenciamento do transporte público coletivo e individual.

O Projeto de Lei nº 46/2017 pretende obrigar as empresas concessionárias e permissionárias do transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Belo Horizonte a instalar o “Botão do Pânico” em seus veículos.

O projeto propõe a realização de convênios ou licitações para criação, desenvolvimento e gerenciamento do dispositivo e caberá a empresa desenvolvedora do sistema a manutenção mensal para assegurar o bom funcionamento do mesmo.

Com o objetivo de minimizar os custos da implantação e manutenção mensal do dispositivo, o projeto prevê que a prefeitura e concessionárias fiquem autorizadas a conceder espaço interno ou na traseira dos veículos, para divulgação publicitária, sendo esta renda revertida para o custeio da operação.

Na justificativa, a autora afirma que a proposição visa a proteção dos passageiros no transporte público, visto que tem se tornado alvo frequente de bandidos. Ressalta que, conforme matéria publicada no Jornal Hoje em Dia, o Capitão Flávio Santiago esclareceu que o ideal para inibir esse tipo de ação é o registro imediato da ocorrência.

Percebemos que esta proposição está em conformidade com a legislação nacional, especialmente com a Lei 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, e define que o serviço público adequado é aquele que *"satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas."* (art. 6º, §1º). No §2º do mesmo art. 6º, a lei define que atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

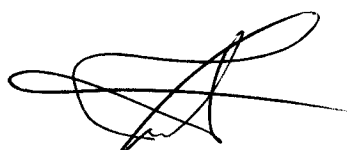
A proposição em análise torna a prestação do serviço público de transporte mais adequado as necessidades dos usuários, proporcionando-lhe mais segurança com a atualização do seu sistema.

Feitas essas considerações, no tocante à competência desta Comissão, inexistem restrições ou óbices quanto à disposição da matéria, especialmente quanto ao planejamento e gerenciamento do transporte público coletivo e individual.

CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, opino pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 46/2017.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2017.



Vereador Relator
Bispo Fernando Luiz



Fundamentação

A Constituição Federal dispõe no artigo 30 que compete aos municípios *"V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;"*

Já, o art. 2º da Lei Municipal 5.953/1991 dispõe que é competência da BHTRANS *"... planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros (...) respeitadas a legislação federal e a estadual pertinentes, bem como o planejamento urbano do Município.*

Além disso, conforme manda o regimento interno, cabe a esta comissão o escrutínio deste projeto especificamente sobre:

Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:

V - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário:

d) planejamento e gerenciamento do transporte público coletivo e individual;

A ilustre iniciativa da Vereadora Marilda em instituir o programa bike BH é uma proposição atual e necessária, que merece atenção e ampla discussão.

Segundo Henrique Peñalosa, ex-prefeito de Bogotá e responsável pela implantação das ciclovias e do sistema de corredores exclusivos de ônibus conhecido como Transmilenio, *"o transporte é um problema diferente de todos os outros enfrentados por países em desenvolvimento. Se o país fica rico, sua educação melhora, a cultura melhora, quase tudo vai melhorar, exceto o transporte, que vai piorar, porque teremos cada vez mais carros, mais engarrafamentos, mais poluição e uma cidade mais impossível de se viver. Não é possível resolver o problema dos transportes pelo aumento da infra-estrutura viária".*

Nesse sentido, há grande discussão no âmbito internacional sobre o impactos do transporte no meio ambiente, principalmente com o auto índice de emissão de gases de efeito estufa. Todavia, é sabido que o transporte é uma atividade essencial à sociedade, possibilitando a circulação das pessoas e das mercadorias utilizadas por elas e, por consequência, permitindo a realização das atividades sociais e econômicas desejadas; mas da forma como ele é feito hoje em dia na maioria das cidades do mundo gera consequências negativas ao ambiente urbano e à vida social.



Por isso que o bom planejamento e gerenciamento do transporte público é essencial para a humanidade. Assim, este projeto é de extrema relevância, pois identifica a bicicleta como uma forma sustentável de transporte.

Do ponto de vista da atual política pública de transportes, vale citar a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, que em seu art. 11 refere:

Art. 11. Os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos desta Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo estabelecerá, em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, os Planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono, na geração e distribuição de energia elétrica, no transporte público urbano e nos sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros, na indústria de transformação e na de bens de consumo duráveis, nas indústrias químicas fina e de base, na indústria de papel e celulose, na mineração, na indústria da construção civil, nos serviços de saúde e na agropecuária, com vistas em atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas quantificáveis e verificáveis, considerando as especificidades de cada setor, inclusive por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL e das Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas - NAMAs

Todavia, o projeto em tela não está de acordo com o contido no artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), pois não (i) arrola a estimativa do seu impacto orçamentário-financeiro.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.



Já em nível municipal, a Lei Orgânica do Município dispõe no artigo 194 que a agenda do transporte coletivo será estabelecido no PPAG, compatível com o plano diretor, nesse sentido:

Art. 194 - As diretrizes, objetivos e metas da administração pública nas atividades setoriais de transporte coletivo serão estabelecidos em lei que instituir o plano plurianual, de forma compatível com a política de desenvolvimento urbano, definida no plano diretor do Município, e com a de desenvolvimento metropolitano.

E ainda, prevê a implantação de ciclovias e bicicletários no art. 225:

Art. 225 - O Poder Público promoverá a implantação de ciclovias e bicicletários como forma de incentivo e segurança dos ciclistas.

Em seu artigo 2º o plano diretor traz claramente que seu objetivo é “II - melhorar a qualidade de vida urbana, garantindo o bem-estar dos munícipes” e “VI - preservar, proteger e recuperar o meio ambiente...”, e no artigo 18 prevê as diretrizes do sistema viário, conforme se denota do dispositivo destacado abaixo:

Art. 18 – São diretrizes do sistema viário:

XVIII – implantar ciclovias, estimulando o uso de bicicletas como meio de transporte.

Como se pode observar acima, a política em tela coaduna com os preceitos do plano diretor, uma vez que traz ao executivo a obrigação de tornar a bicicleta como programa municipal.

Diante de todo o exposto, e em que pese a afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal, em razão da competência restritiva desta comissão, entendo pela aprovação deste projeto, pois tal política encontra amparo no ordenamento jurídico brasileiro e municipal.

Posta a fundamentação, passo à conclusão.



Conclusão

Pelas razões expostas voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 49/2017.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2017

Vereador Wesley Autoescola
PHS



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR JAIR DI GREGÓRIO


Neste sentido, no que tange exclusivamente a análise da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, com fulcro no artigo 52, inciso V, alínea "d" do Regimento Interno, não vislumbro restrições quanto à disposição da matéria.

Desta forma, passo a registrar os termos da conclusão.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do artigo 85, inciso IV, do Regimento Interno, opino e concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 88/2017.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017.



JAIR DI GREGÓRIO
Vereador – Líder do PP



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E
SISTEMA VIÁRIO

Vem à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa, o Projeto de Lei nº 127/2017, de autoria do nobre Vereador Eduardo da Ambulância, que dispõe sobre: ***“Assegurar a cobrança de 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem do serviço de transporte público coletivo e convencional de passageiros por ônibus ao idoso na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos”.***”

Designado Relator para a matéria na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, é nessa condição que passo a fundamentar parecer e voto em primeiro turno.

O projeto possui a seguinte epígrafe: ***Assegurar a cobrança de 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem do serviço de transporte público coletivo e convencional de passageiros por ônibus ao idoso na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos***". Sendo necessária análise de acordo com o Regimento Interino, incisos V: "d", Planejamento e gerenciamento do transporte público coletivo e individual.

O projeto em questão trata da iniciativa que promove desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor da passagem do serviço de transporte público, aos idosos na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos. Cabe salientar, que o desconto supracitado, direito à gratuidade no transporte

2017-04-27 14:56:00 287-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

público, já é fornecido de forma integral aos idosos com idade igual ou superior a 65 anos, assegurada pelo Art. 39 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

É notório o quanto os idosos necessitam de amparo por sua fragilidade. Ao contrário disso, vemos constantemente o descaso do Poder Público e da sociedade civil perante estes, que na fase a qual mais necessitariam de assistência, muitas vezes são negligenciados, em questões referentes à Políticas públicas e até mesmo questões afetivas.

É louvável a iniciativa, pois embora já tenham a gratuidade por lei federal os idosos com idade igual ou superior 65 anos, é sabido que aos 60 anos o indivíduo já possui a necessidade de cuidado e atenção. Além de responsabilidade do Estado, é dever de nós belo-horizontinos dar total apoio a proposições que corroboram essa matéria.

Diante disso, o projeto busca efetivar uma necessidade de um público da nossa cidade que necessita de uma política de transporte público coletivo, qual seja, os idosos. Isso demonstra notório esforço de planejamento e gerenciamento do transporte público, bem como a preocupação em assistir uma parcela da sociedade tão importante como esta, que tanto já contribuiu para a nossa cidade.

Posto as observações feitas acima, segue a conclusão.

CONCLUSÃO

POSTO ISSO, opino pela **APROVAÇÃO** ao Projeto de Lei nº 127/2017

Belo Horizonte, 27 de Abril de 2017

ELVIS CÔRTEZ
VEREADOR - PSD



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**RELATOR PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO**

RELATÓRIO

Erro material. Leia-se:
<i>Proposta de diligência</i>
<i>ao Projeto de Lei nº 137/17</i>
<i>flu (CM 284)</i>

Na qualidade de relator pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, com o fim de analisar o mérito do Projeto de Lei nº 137/2017, de autoria do nobre Vereador Fernando Borja, que "Torna obrigatório no Município de Belo Horizonte a delimitação do espaçamento das vagas nos estacionamentos e estacionamentos rotativos no tamanho médio dos automóveis e motocicletas e dá outras providências", passo a fundamentar esta proposta de diligência, nos termos do art. 86, inciso II, do Regimento Interno.

FUNDAMENTAÇÃO

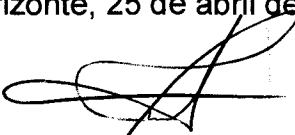
O Projeto de Lei nº 137/2017 visa tornar obrigatório a delimitação das vagas nos estacionamentos e estacionamentos rotativos de automóveis e motocicletas, por meio de uma linha branca contínua. Deverá ser considerado o tamanho (comprimento e largura) médio dos veículos para a delimitação da área das vagas. Propõe que sejam utilizados dentre outros recursos, as receitas arrecadadas com venda dos talões de estacionamento rotativo e com a aplicação de multas de trânsito.

Embora louvável a iniciativa do nobre colega, faz-se necessário antes de emitir parecer conhecer o posicionamento do órgãos responsáveis pelo trânsito em Belo Horizonte, como por exemplo, a BHTRANS. Pretende-se com a presente diligência compreender se a proposição em questão encontra-se em consonância com as normas que regulamentam estacionamento de veículos nos logradouros públicos.

CONCLUSÃO

Proponho que seja baixada em diligência à BHTRANS, através da Secretaria Municipal de Governo, com o objetivo de obter esclarecimentos em parecer técnico sobre a viabilidade de aprovação do Projeto de Lei nº 137/2017, em relação as normas que regulamentam estacionamento de veículos nos logradouros públicos.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2017.


Bispo Fernando Luiz
Vereador Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 143 / 2017

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 143/2017 de autoria do nobre Vereador Hélio da Farmácia que “Autoriza o Executivo a firmar convênios com as Concessionárias de Transporte Público com o intuito de promover a instalação de alarmes, de acesso ao motorista ao cobrador e ao agente da guarda municipal que estiver fazendo a segurança do coletivo em todos os Transportes de Uso Público existentes no âmbito do município de Belo Horizonte em caso de assalto.”

Registra-se que encaminhada à Comissão de Legislação e Justiça, esta emitiu parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei.

Encaminhado o Projeto em questão à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário fui designado Relator para analisá-lo e, nessa condição passo a examinar a matéria para fundamentar e proferir meu parecer e voto nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO

A proposição ora em análise dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo a “disponibilizar, aos condutores de transportes coletivos dispositivo de segurança, conhecido como botão de pânico”.

Na justificativa o nobre Vereador, autor do PL 143/2017, tem como objetivo instituir medida de segurança preventiva aos passageiros nos translados diários pela cidade, bem como aos operadores, motoristas e cobradores que atuam, nos ônibus coletivos.

Apesar de louvável a iniciativa do vereador Hélio da Farmácia o Projeto de Lei conflita em relação às custas da disponibilização do equipamento em aproximadamente três mil veículos, o que incorrerá em barreiras estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

CM-BH-Rel. 2015-ativa-27-MH-2017-09-26-002270-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

Cabe ressaltar, restringindo a análise ao art. 52, V, "d", que em recente visita técnica à BHTRANS realizada por esta Comissão, os legisladores constataram que este dispositivo – também conhecido como "botão de pânico" - já se encontra instalado nos veículos do transporte público municipal, incluído dentro do Sistema de Apoio Operacional (SAO), monitorado pelas empresas que repassam as informações à BHTRANS. Porém, os legisladores constataram que o equipamento é inadequado para a sua finalidade.

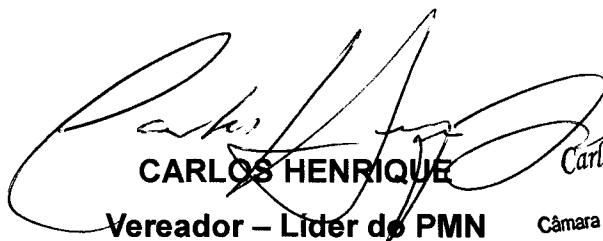
Neste sentido, no que tange exclusivamente a análise da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, com fulcro no artigo 52, inciso V, alínea "d" do Regimento Interno, vislumbro óbices quanto à disposição da matéria.

Desta forma, passo a registrar os termos da conclusão.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do artigo 85, inciso IV, do Regimento Interno, opino e concluo pela rejeição do Projeto de Lei nº 143/2017.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2017.


CARLOS HENRIQUE
Vereador – Líder do PMN

Carlos Henrique Dias
Vereador
Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR JAIR DI GREGÓRIO

PARECER EM PRIMEIRO TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 150 / 2017

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 150/2017 de autoria do nobre Vereador Catatau da Itatiaia que "Torna obrigatória a manutenção de efetivo da Guarda Municipal nos pontos de ônibus do hipercentro nos horários de 18:00 hs até as 22:00 hs. ".

Registra-se que encaminhada à Comissão de Legislação e Justiça, esta emitiu parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei.

Encaminhado o Projeto em questão à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário fui designado Relator para analisá-lo e, nessa condição passo a examinar a matéria para fundamentar e proferir meu parecer e voto nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO

A proposição ora em análise dispõe sobre a presença física de agentes da Guarda Municipal em pontos de ônibus do Sistema Público de Transporte, na área do hipercentro de Belo Horizonte. Os pontos que terão a presença desses agentes serão definidos pela BHTRANS e em conformidade aos princípios estabelecidos pelo Projeto Viagem Segura implantado pela Prefeitura Municipal.

Na justificativa, o nobre Vereador autor do PL 150/2017 expõe aos "olhos pousados na onda de violência e criminalidade, fruto de uma série de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, que desafia cada vez mais a sociedade. Ninguém pode ficar omissos ou indiferentes diante das situações de risco social e das ações criminosas que sucedem em todos os cantos da cidade, deixando um rastro de pessoas traumatizadas e subtraídas de seus bens.

PROJ. DE LEI Nº 150/2017 - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA - 13/01/2017



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR JAIR DI GREGÓRIO

Cabe salientar, porém, que não é atribuição da BHTRANS o de gerenciamento sobre os índices de criminalidades e dos locais que estes atos mais ocorrem.

Neste sentido, no que tange exclusivamente a análise da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, com fulcro no artigo 52, inciso V, alínea "d" do Regimento Interno, o Projeto de Lei necessita de aprimoramentos.

Desta forma, passo a registrar os termos da conclusão.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do artigo 85, inciso IV, do Regimento Interno, opino e concluo pela rejeição do Projeto de Lei nº 150/2017.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017.



JAIR DI GREGÓRIO
Vereador – Líder do PP



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 183 / 2017

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 183/2017 de autoria do nobre Vereador Pedro Bueno que "Autoriza ao Executivo Municipal a Implantar o dispositivo anti-incêndio nos veículos do transporte coletivo de Belo Horizonte/MG. "

Registra-se que encaminhada à Comissão de Legislação e Justiça, esta emitiu parecer pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei.

Encaminhado o Projeto em questão à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário fui designado Relator para analisá-lo e, nessa condição passo a examinar a matéria para fundamentar e proferir meu parecer e voto nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO

A proposição ora em análise dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo a disponibilizar nos ônibus do transporte público dispositivo que alerta, no Centro de Operações da Prefeitura de Belo Horizonte, que o veículo encontra-se em "perigo eminente, de investidura de vandalismo incendiário" .

Na justificativa o nobre Vereador, autor do PL 183/2017, tem como objetivo proteger a sociedade, como os ocorridos nos primeiros meses do ano em uma "onda" de ataques aos ônibus do transporte coletivo, reduzindo os "transtornos e prejuízos caudados pelos incêndios acometidos nestas ações criminosas".

Apesar de louvável, a iniciativa do vereador Pedro Bueno o objetivo do Projeto de Lei já é contemplado com o chamado "botão de pânico" que já está instalado na frota de ônibus do transporte público municipal, incluído dentro do Sistema de Apoio Operacional (SAO), monitorado pelas empresas que repassam as informações à BHTRANS..

CE-01-2017-12-46-002382-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

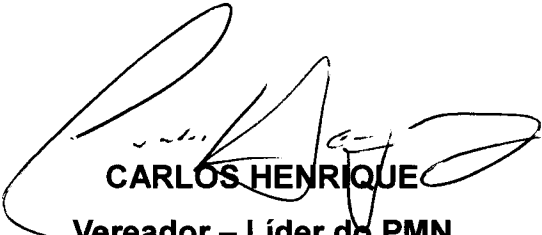
Neste sentido, no que tange exclusivamente a análise da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, com fulcro no artigo 52, inciso V, alínea "d" do Regimento Interno, vislumbro óbices quanto à disposição da matéria em tela.

Desta forma, passo a registrar os termos da conclusão.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do artigo 85, inciso IV, do Regimento Interno, opino e concluo pela rejeição do Projeto de Lei nº 183/2017.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2017.



CARLOS HENRIQUE
Vereador – Líder do PMN



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

Requerimento de Comissão

Requerimento de Comissão nº

314/2017

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário.

Senhor Presidente,

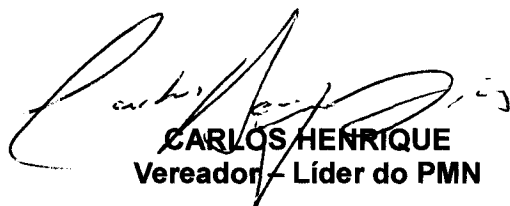
Requeiro à esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, nos termos regimentais, Visita Técnica à Av. Marisa Afonso, no bairro Independência/Mineirão, Regional Barreiro, próximo ao supermercado EPA, afim de conhecer os problemas causados pela falta sinalização horizontal e vertical, bem como da instalação de redutores de velocidade.

Esta solicitação deve-se aos moradores e usuários da via, acima citada, em razão ao alto fluxo de veículos, inclusive de pesados, e de transeuntes, especialmente de idosos e crianças, colocando em risco a segurança destes. Além disso, no local há vários estabelecimentos comerciais e escola.

A data sugerida é 11 de abril de 2017 às 10:00 horas, com a informação da visita técnica ao Diretor Presidente da BHTRANS, Sr. Célio Bouzada.

Requeiro ainda, o acompanhamento da assessoria técnica e do serviço de comunicação.


Belo Horizonte, 28 de março de 2017.


CARLOS HENRIQUE
Vereador - Líder do PMN

Carlos Henrique Dias
Vereador
Câmara Municipal de Belo Horizonte

Ao Exmo. Senhor
Vereador Carlos Henrique

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário.
Câmara Municipal de Belo Horizonte

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>29/03/2017</u>
 Responsável pela distribuição

Câmara Municipal de Belo Horizonte - 28/03/2017 - 09:24 - 001629-001



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO E CONVOCAÇÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 314 / 17

Solicitação relativa a: () Audiência Pública () Seminário ☒ Visita Técnica

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário deliberou por:

() adiar a apreciação do requerimento	() rejeitar o requerimento
<input checked="" type="checkbox"/> aprovar o requerimento	() alterar as características do evento aprovado

Nos seguintes termos:

☒ Fica marcado o evento para o dia 11/04/17, às 10:00 h, no seguinte local:

Av. Maria Afonso, no bairro Independência / Minas

() Serão definidos posteriormente a data e horário do evento.

() Fica alterada a lista de convidados do evento para: _____

() Fica cancelada a realização do evento.

() Outros: _____

☒ Ficam os membros da comissão convocados para a reunião em que se dará o evento aprovado, nos termos descritos acima.

8ª Reunião Ordinária

Em 30/03/17

Carlos Henrique
Presidente da Reunião
Vereador Carlos Henrique

Avulsos distribuídos em: <u>31/03/17</u> <u>Carlos</u> SECAPC	Reserva Pleno por: <u>Carlos</u> Gestão no SIL por: <u>Carlos</u>	Evento: () externo () realizado () não realizado SECAPC
Coordenador responsável: <u>Gisela</u>		Consultor responsável: <u>Jefferson</u>

FORMULÁRIO DE DEFINIÇÕES PARA EVENTOS EXTERNOS DE COMISSÃO

REFERÊNCIA: Requerimento de Comissão nº 314 / 2017

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Este formulário deverá ser preenchido pelo assessor responsável pelo evento, do gabinete do vereador requerente, e protocolizado na Diretoria do Processo Legislativo com a antecedência mínima de 5 dias úteis da visita técnica ou audiência externa, nos termos da Portaria nº 16.474/16

DADOS GERAIS DO EVENTO

Comissão: Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

Vereador requerente: Carlos Henrique

Assessor responsável: Adilson Mirase

Data da visita: 11 / 04 / 2017 Hora: 10 : 00 Endereço dos locais a serem visitados:

Av. Marisa Afonso (próximo ao Supermercado EPA), bairro Independência, Regional Barreiro

Será utilizado o serviço de Consultoria Legislativa da CMBH? ☒ Sim ☐ Não

DADOS DO TRANSPORTE

Será utilizado o transporte da CMBH? ☐ Sim ☒ Não

Qual tipo de transporte será necessário? ☐ Micro-ônibus ☐ Van ☐ Carro

Quantos passageiros: _____ Horário de saída do veículo: _____:

Ponto de partida do veículo: _____

Ponto de encontro no local visitado: _____

DADOS PARA CORRESPONDÊNCIA

A visita deverá ser comunicada aos responsáveis pelo local visitado? ☒ sim ☐ não

Deverá ser solicitada a presença de representante para receber os vereadores no local da visita técnica? ☒ sim ☐ não

Informar se há outros órgãos/autoridades a serem comunicados:

BH TRANS

Assinatura do Responsável pelo preenchimento: _____

CMBH - DE PL - LEGISLATIVA-05-ABR-2017-18:41-001791-1/1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 798/17

Belo Horizonte, 4 de abril de 2017

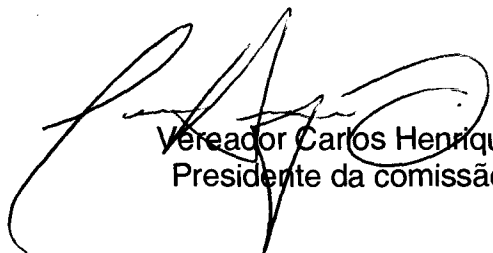
Senhor Superintendente,

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário desta Câmara comunica a Vossa Senhoria que, em sua 8ª Reunião Ordinária, realizada em 30/3/17, foi agendada Visita Técnica, a ser realizada no dia **11/4/17, às 10:00 horas, na Avenida Marisa Afonso, bairro Independência/Mineirão, Regional Barreiro, próximo ao supermercado EPA.**

Cabe ressaltar que a referida visita foi aprovada pela comissão por meio do Requerimento de Comissão nº 314/17, de autoria do Vereador Carlos Henrique; e que essa Comissão solicita a presença de um representante dessa instituição para receber os vereadores no local do evento.

Segue, em anexo, cópia do Requerimento de Comissão nº 314/17.

Atenciosamente,


Vereador Carlos Henrique
Presidente da comissão

Carlos Henrique Dias

Vereador

Câmara Municipal de Belo Horizonte

Recebido por: Luiz dos Santos Silva
NOME LEGÍVEL

MATRÍCULA OU IDENTIDADE: _____

Órgão: _____

Em 25/24/17 Hora: _____

Ao Senhor

Célio Freitas Bouzada

Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTrans

Avenida Engenheiro Carlos Goulart, 900

Bairro Estoril

/mms



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 314/2017

À Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário para ciência da entrega do relatório referente à visita técnica a Av. Marisa Afonso no bairro Independência, aprovada pelo Requerimento nº 314/2017, com acompanhamento solicitado à Divisão de Consultoria Legislativa – Divcol, conforme deliberação ocorrida em reunião do dia 30/03/2017.

Em 26/04/17, foi encaminhado ao gabinete do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário o texto original do relatório.

Em 26/04/17, foi encaminhado aos membros da comissão e ao requerente, por *e-mail*, arquivo eletrônico com o texto original do relatório.

Ana Carolina Andrade Renault

Ana Carolina Andrade Renault - CM 437
Chefe da Divisão de
Consultoria Legislativa - DIVCOL

Chefe da Divcol

Avulsos distribuídos em:

02/05/17

396
SECAPC



**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

**AVENIDA MARISA AFONSO, QUE LIGA OS BAIRROS
INDEPENDÊNCIA E MINEIRÃO, NA REGIÃO DO BARREIRO**

Data: 11 de abril de 2017

Endereço: Avenida Marisa Afonso, que liga os Bairros Independência e Mineirão, na Região do Barreiro

Requerente: Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário - Requerimento nº 314/2017

Objetivo: conhecer os problemas causados pela falta de sinalização horizontal e vertical, bem como de redutores de velocidade.

Suporte técnico solicitado: Consultoria Legislativa

Vereadores presentes: Carlos Henrique e Wesley Autoescola

Participantes:

Sr. Anderson Santos Leal, gerente da BHTrans responsável pela Regional Oeste / Barreiro

Sr. Elviro Ferreira Sampaio, representante dos moradores da região.

DESCRIÇÃO DA VISITA

A visita se iniciou às dez horas da manhã do dia 11 de abril de 2017 nas proximidades do número 226 da Avenida Marisa Afonso, que liga os bairros Independência e Mineirão, na região do Barreiro.



DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Participaram da visita os vereadores Carlos Henrique e Wesley Autoescola, membros efetivos da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário da Câmara Municipal de Belo Horizonte, o Sr. Anderson Santos Leal, representante da BHTrans, o Sr. Elviro Ferreira Sampaio, representante dos moradores da região, outros cidadãos representantes dos moradores locais, assessores de gabinete dos vereadores e servidores da Divisão de Consultoria da Câmara Municipal e da equipe da TV Câmara.

O grupo iniciou a visita constatando diversos problemas relacionados com as condições de trânsito no local, como estacionamento de diversos veículos em local proibido, sinalização vandalizada, ausência de faixa para travessia de pedestres, tráfego de veículos em alta velocidade e congestionado de trânsito.

O Sr. Elviro Sampaio falou aos presentes sobre os problemas enfrentados já há muitos anos pelos moradores da região com relação ao trânsito e também da dificuldade dos moradores em conseguir que sejam tomadas providências por parte das autoridades, em especial a Prefeitura Municipal.

A seguir outros moradores ressaltaram as dificuldades de acesso dos veículos de maior porte à região em razão da baixa altura livre sob o viaduto que sustenta linha férrea que passa sobre a Avenida Marisa Afonso.

Segundo os moradores, não são raros os casos de caminhões que batem na estrutura em razão das pichações que escondem placas indicativas da altura livre sob o viaduto.

Os moradores relataram também que os veículos que não conseguem passar sob essa estrutura ficam obrigados a percorrer desvio de cerca de dez quilômetros, passando pelo Município de Ibirité, para fazer a travessia. Eles sugeriram a construção de um desvio ou uma rota alternativa para os motoristas.



DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Os moradores ressaltaram que sua prioridade seria resolver essa questão relacionada com o viaduto, uma vez que a principal função da via, além de atender o trânsito local, seria atender ao trânsito de passagem para outras regiões.

O grupo se dirigiu a seguir para a área da linha férrea para avaliar possíveis alternativas que pudessem vir a ser propostas para solucionar a questão.

Nenhuma solução concreta, entretanto, foi selecionada, uma vez que os problemas identificados na área e as características de ocupação da região levam a crer que todas as possíveis soluções dependerão de investimentos financeiros de vulto.

O Sr. Anderson Leal, representando a BHTrans, ressaltou que, apesar de a sinalização apresentar alguns problemas, as principais dificuldades da população derivam do descumprimento da legislação.

Ele afirmou que os problemas constatados pelo grupo em relação ao estado ou falta de sinalização seriam solucionados, com o reforço da sinalização e a revitalização da sinalização vandalizada.

Afirmou também que seria providenciada a pintura de faixa para travessia de pedestres e que seria intensificada a fiscalização do cumprimento das normas de trânsito na área.

O vereador Carlos Henrique, solicitante da visita, informou que o viaduto já teria verba federal aprovada para sua adequação, mas que os recursos não foram repassados para a execução da obra.

Ele afirmou que solicitará ao Prefeito Alexandre Kalil que verifique a disponibilidade da verba e providencie sua liberação.

O vereador Wesley Autoescola, morador da região há mais de 30 anos, disse que o problema se arrasta há mais de quatro décadas.



**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

Segundo ele, os problemas com o viaduto, que se estende sobre a única entrada da área, precisam ser urgentemente corrigidos já que o crescimento do bairro vem intensificando os problemas de trânsito enfrentados pela comunidade local.

O Vereador Carlos Henrique, falando em nome da Comissão, manifestou-se satisfeito com os encaminhamentos que o representante da BHTrans havia relatado. Ele informou ao grupo que a Comissão acompanhará e fiscalizará a execução desses trabalhos e a solução dos problemas do viaduto.

Por volta das onze horas, os vereadores agradeceram a participação de todos e encerraram a visita.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2017.

Marcelo A. de Menezes
Engenheiro Civil - CM 322

Frederico Stefano de Oliveira Arriero
Diretor do Processo Legislativo

De acordo.

Ana Carolina Andrade Renault - CM 437
Chefe da Divisão de
Consultoria Legislativa - DIVCOL



**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

FOTOS DA VISITA





DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA





**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA - DIVCOL**

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

